

STJ00096593

FERNANDO DA COSTA
TOURINHO FILHO

PROCESSO
PENAL

4

35ª edição
revista e atualizada

2013

 **Editora
Saraiva**

Rua Henrique Schaumann, 270, Cerqueira César — São Paulo — SP
CEP 05413-909

PABX: (11) 3613 3000

SACIUR: 0800 055 7688

De 2ª a 6ª, das 8:30 às 19:30

saraivajur@editorasaraiva.com.br

Acesso: www.saraivajur.com.br

FILIAIS

AMAZONAS/RONDÔNIA/RORAIMA/ACRE

Rua Costa Azevedo, 56 — Centro

Fone: (92) 3633-4227 — Fax: (92) 3633-4782 — Manaus

BAHIA/SERGIPE

Rua Agripino Dória, 23 — Brotas

Fone: (71) 3381-5854 / 3381-5895

Fax: (71) 3381-0959 — Salvador

BAURU (SÃO PAULO)

Rua Monsenhor Claro, 2-55/2-57 — Centro

Fone: (14) 3234-5643 — Fax: (14) 3234-7401 — Bauru

CEARÁ/PIAUÍ/MARANHÃO

Av. Filomeno Gomes, 670 — Jacarecanga

Fone: (85) 3238-2323 / 3238-1384

Fax: (85) 3238-1331 — Fortaleza

DISTRITO FEDERAL

SIA/SUL Trecho 2 Lote 850 — Setor de Indústria e Abastecimento

Fone: (61) 3344-2920 / 3344-2951

Fax: (61) 3344-1709 — Brasília

GOIÁS/TOCANTINS

Av. Independência, 5330 — Setor Aeroporto

Fone: (62) 3225-2882 / 3212-2806

Fax: (62) 3224-3016 — Goiânia

MATO GROSSO DO SUL/MATO GROSSO

Rua 14 de Julho, 3148 — Centro

Fone: (67) 3382-3682 — Fax: (67) 3382-0112 — Campo Grande

MINAS GERAIS

Rua Além Paraíba, 449 — Lagoinha

Fone: (31) 3429-8300 — Fax: (31) 3429-8310 — Belo Horizonte

PARÁ/AMAPÁ

Trovesa Apinagés, 186 — Batista Campos

Fone: (91) 3222-9034 / 3224-9038

Fax: (91) 3241-0499 — Belém

PARANÁ/SANTA CATARINA

Rua Conselheiro Loureiro, 2895 — Prado Velho

Fone/Fax: (41) 3332-4894 — Curitiba

PERNAMBUCO/PARAÍBA/R. G. DO NORTE/ALAGOAS

Rua Corredor do Bispo, 185 — Boa Vista

Fone: (81) 3421-4246 — Fax: (81) 3421-4510 — Recife

RIBEIRÃO PRETO (SÃO PAULO)

Av. Francisco Junqueira, 1255 — Centro

Fone: (16) 3610-5843 — Fax: (16) 3610-8284 — Ribeirão Preto

RIO DE JANEIRO/ESPIRITO SANTO

Rua Visconde de Santa Isabel, 113 a 119 — Vila Isabel

Fone: (21) 2577-9494 — Fax: (21) 2577-8867 / 2577-9565 — Rio de Janeiro

RIO GRANDE DO SUL

Av. A. J. Renner, 231 — Farrapos

Fone/Fax: (51) 3371-4001 / 3371-1467 / 3371-1567

Porto Alegre

SÃO PAULO

Av. Antártica, 92 — Barra Funda

Fone: PABX (11) 3616-3666 — São Paulo

ISBN 978-85-02-02184-6 obra completa

ISBN 978-85-02-19732-9 volume 4

Tourinho Filho, Fernando da Costa

Processo penal, volume 4 / Fernando da Costa

Tourinho Filho — 35. ed. rev. e atual. — São Paulo :
Saraiva, 2013.

1. Processo penal 2. Processo penal — Brasil I.
Título.

CDU-343.1

Índice para catálogo sistemático:

1. Processo penal : Direito penal

343.1

Diretor editorial Luiz Roberto Curia

Gerente de produção editorial Lígia Alves

Editor Jônatas Junqueira de Mello

Assistente editorial Silene Miranda de Sales

Produtora editorial Clarissa Baraschi Maria

Preparação de originais Maria Izabel Barreiros Bitencourt Bressan

Raquel Benchimol de Oliveira Rosenthal

Maria Lúcia de Oliveira Gady

Arte e diagramação Cristina Aparecida Aguda de Freitas

Claudineide de Moura Santos Silva

Revisão de provas Rita de Cássia Queiroz Gargati

Cecília Deus

Simone Silberschmidt

Serviços editoriais Elaine Cristina da Silva

Kelli Priscila Pinto

Capa Fernanda Eric Tourinho Ostlund

Produção gráfica Marli Rampim

Impressão Prol Editora Gráfica

Acabamento Prol Editora Gráfica

Data de fechamento da edição: 1º-3-2013

Dúvidas?

Acesso www.saraivajur.com.br

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva.

A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo artigo 184 do Código Penal.

Índice

CAPÍTULO 50

PROCESSO E PROCEDIMENTO

1. Processo. Noções gerais.....	19
2. Sua natureza jurídica. Teorias do contrato e do quase contrato	20
3. Teoria da relação jurídica.....	21
4. Outras teorias.....	23
5. A teoria dominante	24
6. Sujeitos da relação processual	24
7. Objeto da relação jurídico-processual.....	24
8. Autonomia da relação processual	25
9. Caracteres	25
10. Pressupostos processuais	26
11. Início e fim do processo.....	27

CAPÍTULO 51

DOS PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS

1. O processo como sucessão de atos e como relação jurídica	29
2. Pressupostos processuais	30
3. A teoria dos pressupostos como requisitos para a válida formação do processo.....	30
4. A teoria dos pressupostos de existência e de validez.....	31
5. Os pressupostos de existência.....	33
6. Os pressupostos de validez	33

CAPÍTULO 52

FORMAS PROCEDIMENTAIS

1. Conceito de procedimento	39
2. Processo e procedimento	40
3. As alterações introduzidas no Processo Penal	43
4. Formas procedimentais	48
5. Procedimento na hipótese de foro pela prerrogativa de função	48
6. Observações indispensáveis para a análise dos procedimentos quando se tratar de foro sem prerrogativa de função	64
7. Regras gerais aplicáveis a todos os procedimentos de primeiro grau, pouco importando se comum ou especial, se previsto ou não no CPP	67
8. Rejeição da denúncia ou queixa.....	68
9. Procedimento ordinário.....	78
10. Prazo para a conclusão da instrução	95
11. Procedimento sumário	95
12. Suspensão condicional do processo	97
13. Infrações de menor potencial ofensivo. A transação.....	117
14. Os crimes previstos no art. 14 da Lei n. 7.505/86, arts. 39 e 40 da Lei n. 8.313/91 e art. 10 da Lei n. 8.685/93	134
15. Procedimento sumariíssimo	135
16. Crimes da competência do Tribunal do Júri.....	137
17. Procedimento	154
18. Impronúncia. Absolvição sumária e desclassificação.....	156
19. Pronúncia. Efeitos.....	163
20. Questionário. Ordem dos quesitos	226
21. Exemplos de quesitação.....	234
22. A sentença	246
23. Súmula do procedimento do Júri	256
24. Modelo de sentença absolutória.....	258
25. Modelo de sentença condenatória.....	259
26. Modelo de sentença, em caso de desclassificação	260

CAPÍTULO 53

PROCEDIMENTOS ESPECIAIS PREVISTOS NO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

1. Crimes de responsabilidade de funcionários públicos	265
--	-----

2. Crimes contra a honra	271
3. Do processo e do julgamento dos crimes contra a propriedade imaterial.	286
4. Particularidades da fase pré-processual	288

CAPÍTULO 54

PROCEDIMENTOS ESPECIAIS NÃO PREVISTOS NO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

1. O procedimento dos processos por crimes falimentares	295
2. Críticas e sugestões à nova Lei de Falências	301
3. Crimes de imprensa	305
4. Crimes eleitorais	305
5. Entorpecentes.....	309
6. Crimes contra a fauna e a flora	312
7. Crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores.....	313
8. Crimes de abuso de autoridade	314
9. Crimes contra a economia popular	316
10. O Júri de economia popular (extinto)	317
11. Crimes de responsabilidade de Prefeitos	322
12. Crimes da Lei das Licitações.....	322

CAPÍTULO 55

PROCEDIMENTO DAS CONTRAVENÇÕES

1. Preliminares	325
2. Pode qualquer do povo provocar a iniciativa do Promotor na contra- venção do jogo do bicho? E se o Promotor requerer o arqui- vamento das informações?.....	328
3. O procedimento das contrações eleitorais. Observações	329

CAPÍTULO 56

DA SENTENÇA — I

1. Tripartição dos Poderes.....	331
2. Atos judiciais em sentido lato e sua classificação	332
3. Jurisdição voluntária	334

4. Atos anômalos	335
5. Atos jurisdicionais	336
6. Os atos jurisdicionais penais.....	337
7. Classificação dos atos jurisdicionais segundo o órgão do qual promanam	340
8. Sentenças executáveis, não executáveis e condicionais	341
9. Sentenças simples e subjetivamente complexas.....	341
10. Conceito de sentença	342
11. Estrutura lógica.....	343
12. Natureza jurídica.....	344
13. Função da sentença	345
14. Requisitos da sentença.....	348
15. Clareza e precisão da sentença penal.....	352
16. <i>Jura novit curia</i>	353
17. <i>A mutatio libelli</i>	355
18. Conceito de “elemento” e “circunstância”	356
19. O procedimento a ser observado na hipótese do art. 384 e parágrafos do CPP	358

CAPÍTULO 57

DA SENTENÇA — II

1. Publicação da sentença	361
2. Efeito da publicação	363
3. Intimação da sentença.....	364
4. Sentença penal absolutória.....	367
5. Efeitos da sentença penal absolutória	368
6. Sentença penal condenatória.....	370
7. O problema da aplicação da pena	372
8. Efeitos da sentença penal condenatória	381

CAPÍTULO 58

DA COISA JULGADA

1. Coisa julgada	389
2. Fundamento político da coisa julgada.....	391

3. Natureza jurídica.....	392
4. Limites objetivos da coisa julgada.....	396
5. Limites subjetivos da coisa julgada	397

CAPÍTULO 59
DOS RECURSOS

1. Conceito. Generalidades	401
2. Fundamento	404
3. Pressupostos lógico e fundamental	406
4. Classificação da sucumbência.....	406
5. Pressupostos recursais objetivos	411
6. Pressupostos subjetivos.....	421
7. Juízo de admissibilidade.....	422
8. Extinção normal e anormal dos recursos	423
9. Classificação dos recursos	424
10. Recursos voluntário e necessário	424
11. Efeitos dos recursos	428

CAPÍTULO 60
DO RECURSO EM SENTIDO ESTRITO

1. A variedade de recursos em matéria processual penal.....	435
2. O recurso em sentido estrito	437
3. A enumeração feita pelo art. 581 é taxativa?.....	438
4. Forma e prazo de interposição	439
5. O recurso em sentido estrito sobe nos próprios autos ou em separado?	440
6. Prazo para as razões e contrarrazões.....	441
7. O Juiz pode retratar-se? Retratando-se o Juiz, poderá a parte contrária recorrer?.....	442
8. A quem é endereçado o recurso em sentido estrito?	444
9. O recurso em sentido estrito será sempre endereçado ao Tribunal de Justiça?.....	445
10. As decisões que comportam recurso em sentido estrito.....	446
11. O recurso por termo nos autos	457
12. Efeitos.....	458

CAPÍTULO 61
DA APELAÇÃO

1. Noções	461
2. Quais as decisões que comportam o recurso de apelação?	463
3. Toda sentença condenatória ou absolutória é apelável?	466
4. Forma de interposição.....	467
5. Se o Juiz denegar o recurso de apelo, que providência poderá ser tomada?.....	468
6. Prazo para as razões e contrarrazões.....	468
7. Podem ser juntados documentos nas razões ou contrarrazões?.....	469
8. Pode o apelante apresentar suas razões na superior instância?	469
9. A quem é endereçado o recurso de apelo?.....	472
10. Apelação plena e limitada.....	473
11. Prazo para a remessa dos autos à superior instância.....	474
12. Pressupostos do recurso de apelo.....	475
13. Prazo para a apelação	476
14. Extinção anormal da apelação	480
15. Em qualquer apelação, o juízo <i>ad quem</i> funciona sempre como <i>judicium rescindens</i> ?.....	483
16. A apelação sobe nos próprios autos?	488
17. Absorção do recurso em sentido estrito	488
18. O prazo para o assistente apelar.....	488
19. Prazo para o Ministério Público apelar.....	493
20. Apelação sumária e ordinária	495
21. Efeitos do recurso de apelação	496
22. A apelação do assistente tem efeito suspensivo?.....	498
23. A <i>reformatio in pejus</i>	498
24. <i>Reformatio in melius</i>	510

CAPÍTULO 62
DO PROTESTO POR NOVO JÚRI

1. Noções	517
2. O protesto é recurso exclusivo da Defesa	518

3. Quando cabe o protesto	518
4. A abolição do protesto	519

CAPÍTULO 63

DOS EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE

1. Considerações preliminares	523
2. Os embargos infringentes e os de nulidade.....	525
3. Prazo para a sua interposição e o respectivo procedimento	526
4. Os embargos infringentes e de nulidade são oponíveis contra toda decisão de segunda instância?.....	527
5. Os embargos na Suprema Corte.....	530
6. A particularidade que apresentam os embargos infringentes na Justiça Militar	532
7. Para o réu opor embargos infringentes e de nulidade deverá recorrer-se à prisão?	533
8. Embargos no STJ	533

CAPÍTULO 64

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

1. Generalidades	537
2. Quando podem ser opostos	538
3. A quem são dirigidos. Prazo	538
4. Pressupostos.....	539
5. Procedimento	539
6. Cabe recurso do despacho do Relator que indefere liminarmente o requerimento?	539
7. Extensão dos embargos declaratórios	541
8. Quem pode interpô-los.....	542
9. Quem os julga.....	542
10. Os embargos na inferior instância.....	542
11. Retratabilidade.....	543
12. Suspende o prazo de outro recurso?	543
13. Embargos de declaração opostos aos embargos de declaração	544

CAPÍTULO 65

DA CARTA TESTEMUNHÁVEL

1. A carta testemunhável é recurso?.....	545
2. Quando cabe?	545
3. E se o recurso denegado for o extraordinário?.....	548
4. A denegação de outros recursos.....	548
5. A quem é requerida a carta testemunhável?.....	548
6. Procedimento	549
7. A entrega do recibo pelo escrivão.....	549
8. A carta tem efeito suspensivo?	550
9. Procedimento na superior instância	550
10. Por que a denominação “carta testemunhável”?	550
11. Como se conta o prazo do art. 640 do CPP	552

CAPÍTULO 66

DA CORREIÇÃO PARCIAL

1. Generalidades	555
2. Cabimento.....	555
3. Admite-se a correção no processo civil?	557
4. Origem da correção	557
5. Surgimento da correção no Estado de São Paulo. Órgão competente para apreciá-la.....	557
6. É inconstitucional?.....	558
7. É um recurso?	559
8. A correção, no Estado de São Paulo.....	559
9. Procedimento	560

CAPÍTULO 67

DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO

1. Noções gerais.....	563
2. Recurso extraordinário: conceito, razão de ser	564
3. A denominação “extraordinário”	566
4. Outras funções do STF	566

5. Quando é cabível o recurso extraordinário?.....	567
6. Legitimidade	572
7. Procedimento	573
7-A. Preparo	573
8. Denegação. Recurso oponível	577
9. Procedimento no juízo <i>ad quem</i>	578
10. O prequestionamento	578
11. Súmulas do STF em matéria criminal.....	580

CAPÍTULO 68

RECURSO ESPECIAL

1. Cabimento.....	591
2. Procedimento	593
2-A. Cabe recurso especial contra decisão de Turma Recursal?	594
3. O problema da relevante questão federal	597
4. Finalidade do recurso especial	598
5. A exigência de esgotamento das vias ordinárias.....	599
6. Interposição simultânea dos recursos extraordinário e especial.....	599
7. Denegação do recurso especial. Providência	600
8. Efeitos do recurso especial	601
9. O prequestionamento	602
10. Súmulas do STJ em matéria criminal	602
11. Súmulas do extinto TFR em matéria criminal	611

CAPÍTULO 69

DOS AGRAVOS NO PROCESSO PENAL

1. Histórico	613
2. Agravo de instrumento.....	616
3. Agravo em execução	618
4. Agravo regimental	620
5. Recurso inominado	620

CAPÍTULO 70

RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL

1. Os três tipos de recurso ordinário constitucional.....	623
2. O recurso criminal ordinário constitucional previsto no art. 102, II, <i>b</i> , da Lei Básica.....	624
3. Providência contra a denegação do recurso criminal ordinário constitucional.....	628
4. O outro tipo: recurso ordinário constitucional.....	628
5. Procedimento do recurso ordinário constitucional para o STF.....	628
6. Recurso ordinário constitucional para o STJ. Procedimento.....	630

CAPÍTULO 71

“HABEAS CORPUS”

1. Histórico. O <i>habeas corpus</i> no Brasil.....	635
2. A entrada do <i>habeas corpus</i> em texto constitucional brasileiro. A doutrina brasileira do <i>habeas corpus</i>	639
3. A reforma constitucional de 1926 e as demais Constituições até a atual.....	645
4. Natureza jurídica do <i>habeas corpus</i>	646
5. O <i>habeas corpus</i> como verdadeira ação.....	647
6. Quem pode impetrar.....	649
7. Relaxamento da prisão.....	651
8. O constrangimento.....	652
9. O recurso <i>ex officio</i>	652
10. Competência originária.....	653
10-A. E se o órgão coator for a Turma de Recursos de que trata a Lei dos Juizados Especiais Criminais?.....	662
11. Competência recursal.....	664
12. Concessão e denegação de <i>habeas corpus</i>	665
13. O <i>habeas corpus</i> na Justiça Militar.....	666
14. Casos especiais.....	667
15. Observações.....	667
16. O órgão competente dos Tribunais para julgar.....	668
17. Quando o constrangimento é ilegal.....	669

18. Salvo-conduto	674
19. O <i>habeas corpus</i> tranca o processo?	675
20. Apresentação do paciente	676
21. Sanções	677
22. Pedido de informações	677
23. Intervenção do Ministério Público	677
24. Como pode ser impetrada a ordem de <i>habeas corpus</i>	678
25. Concessão	679
26. Liminar em <i>habeas corpus</i>	679
26-A. Cabe <i>habeas corpus</i> para jugular indeferimento de liminar?	681
27. Extensão	683
28. Reiteração	684
29. Recursos extraordinário e especial	685
30. Não cabimento de <i>habeas corpus</i>	686
31. Ato de particular	687
32. Problemas especiais	688
33. Mandado de segurança	690

CAPÍTULO 72 DA REVISÃO

1. Observações preliminares	693
2. O erro judiciário e a coisa julgada	696
3. A revisão <i>pro societate</i>	698
4. A revisão criminal no Brasil	700
5. Natureza jurídica	701
6. Pressuposto primordial da revisão	704
7. Oportunidade	705
8. Legitimidade	705
9. O Ministério Público poderá requerer a revisão?	708
10. A revisão e a decisão do Júri	710
11. Competência	719
12. Os fundamentos do pedido	721
13. Extinção da punibilidade	724
14. Unificação de penas	725

15. Pode o Tribunal conceder mais do que lhe foi pedido?	726
16. O condenado precisa recolher-se à cadeia?.....	727
17. Conversão em diligência.....	727
18. A regra dos arts. 621 e 626.....	728
19. Absolvição e revisão.....	729
20. Prazo.....	729
21. O pedido	729
22. Procedimento	730
23. Julgamento.....	732
24. Improcedência.....	732
25. Procedência.....	733
26. Consequências	733
27. Anulado o processo, poderá ser aumentada a pena?.....	734
28. Reiteração	737
29. Sentença estrangeira	738
30. A Justiça Eleitoral e a Justiça Militar	738
31. Morte do condenado	739
32. A indenização	739
33. A reclamação	740
BIBLIOGRAFIA	743